

Rangel altera posições sobre índio



O ministro disse que processo de integração do índio será gradativo

Da Sucursal do RIO

O ministro do Interior, Rangel Reis, reformulou ontem suas declarações a favor da aceleração do processo de integração dos índios à sociedade nacional, abolição do ensino da língua primitiva nas aldeias e proibição do trabalho das missões religiosas junto às tribos, posições por ele defendidas numa entrevista à imprensa dia 27 de dezembro e que desencadearam veementes protestos de ser tanistas, antropólogos, etnólogos e linguistas. Ontem ao desembarcar no aeroporto de Campos para uma visita ao sistema de drenagem que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento está implantando no Norte fluminense, Rangel afirmou não pretender "adotar nenhuma política definitiva de eliminar o ensino bilíngue" e não ter "nenhuma razão" para afastar as missões religiosas, além de garantir que "ninguém vai cometer loucuras" quanto à integração, que deve ser feita "progressivamente".

Apesar de apontar "muitas incompreensões, muita má fé" entre as repercussões de sua entrevista, Rangel deu a entender que concordava em parte com os que se opuseram, afirmando que prefere "ficar com aqueles que de boa fé criticaram" e que espera que estes agora se dêem por satisfeitos com o esclarecimento. Alegou, por outro lado, ter feito "de propósito" as declarações de 27 de dezembro, "pois o povo brasileiro precisa tomar um pouco mais de consciência sobre o problema indígena", que "não tem sido muito focalizado e compreendido pela maioria". Lembrou também que o Ministério do Interior é "um órgão complexo, com grandes tarefas a realizar", para acentuar a necessidade de se "olhar para todas as áreas, mesmo que sejam minorias raciais", como a indígena, que "precisa ser mais ajudada do que está sendo".

INTEGRAÇÃO

Quanto à integração, o ministro voltou a defendê-la, mas agora segundo um processo em que o índio possa

se tornar "um cidadão mais útil ao país sem prejuízo de sua cultura e de seus hábitos". Referindo-se a diversas colônias estrangeiras, Rangel lembrou que muitas comunidades no Brasil "foram absorvidas e integradas sem prejuízo dos seus hábitos e cultura", acentuando que "a nação brasileira ainda não está preparando a comunidade indígena para, inclusive, dar a ela oportunidade de desenvolvimento".

Citou como exemplo as populações indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que "já poderiam estar perfeitamente integradas, mas há problemas de terras, coisas que precisam ser estudadas". Referiu-se, por outro lado, a 50 índios colonos beneficiados por um projeto de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, em Alagoas, e que em breve receberão títulos definitivos de posse. "Esses agricultores índios — afirmou — estão produzindo mais até que os outros agricultores nordestinos". E, sobre sua controversa declaração de que, "se trabalharmos direitinho", em 30 anos não haverá mais índios no Brasil, pois estarão todos integrados, declarou: "Isso é apenas um horizonte de tempo que é muito difícil de se falar. Isso é muito variável".

Quanto à atuação dos religiosos, revelou ter-se estabelecido, em sua reunião de quarta-feira com a cúpula da Funai, um prazo de três meses para o levantamento do trabalho de cada missão. E esclareceu: "Não vamos afastá-las. Vamos procurar fazer com que elas trabalhem de acordo com a política do governo".

LÍNGUA

Outro assunto que merecerá exame é o ensino bilíngue entre os índios. "Como acho que isto tem que ser apreciado à luz da pedagogia, através de especialistas, não dou minha palavra a respeito" — disse Rangel. "Acho apenas que, se não houver uma razão muito forte para continuar com a alfabetização dupla, então talvez a gente deva rever esse critério". Rangel anunciou que pedirá ajuda ao Mi-

nistério da Educação para essa análise.

"O único argumento que ouvi até agora e que me pareceu razoável — acrescentou o ministro — é que o ensino da língua nativa ajudaria na alfabetização em português. Evidentemente, a tendência das comunidades indígenas é falar o português. De maneira que o ensino do dialeto quando não existem gramáticas quando não existe uma morfologia da língua, é muito complexo. E a organização que tem de ser montada para esse fim é tão complexa que o Brasil até hoje não a possui, tendo de utilizar o apoio total de organizações estrangeiras para se ocupar dessa tarefa". E Rangel expressou o desejo de conservar a cooperação de entidades desse tipo, "desde que haja um controle sobre elas".

PADRE IASI

As notícias de que a Funai irá manter o trabalho das missões religiosas junto aos índios, a emancipação progressiva das comunidades indígenas e o ensino bilíngue foram recebidas com "alegria" pelo Conselho Indigenista Missionário, segundo afirmou ontem, em Brasília, o secretário-geral do Cimi, padre Antônio Iasi Júnior.

"A Funai — acrescentou ele — tomou as rédeas da coisa, graças às nossas críticas que fizeram a Fundação caminhar muito mais do que por sua própria iniciativa. A Funai deveria reconhecer que a crítica do Cimi, mesmo quando contundente, é melhor que a bajulação". Disse ainda que a manutenção daqueles três objetivos, por parte da Funai, resultou de um acordo entre o ministro Rangel Reis e o presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, que, segundo o padre, "gosta de usar sua diplomacia".

O padre Iasi manifestou euforia quanto às informações sobre a demissão do economista Francelisio van der Brook do cargo de diretor do Departamento Geral de Operações (DGO) da Funai, considerando essa saída como uma "conquista que talvez possibilite à Fundação estruturar-se melhor".